

PolisCult

IDAS E VINDAS DO MINISTÉRIO DA CULTURA

LINHA DO TEMPO Ministério da Cultura

1930
Era Vargas

1970
Período Militar

1985
Redemocratização

1990
Lei Rouanet

1998
FHC

2003
LULA

2010
Dilma Roussef

2016
Temer

2019
Bolsonaro

PASTA

PASTA

MINISTÉRIO

SECRETARIA

MINISTÉRIO

MINISTÉRIO

MINISTÉRIO

SECRETARIA/
MINISTÉRIO

SECRETARIA
ESPECIAL

Da Lei Rouanet à Lei de Incentivo à Cultura: as alterações que vão além do nome

As mudanças e o funcionamento da lei que promove projetos culturais no país

A lei Rouanet que garante a execução de grande parcela das produções culturais que ocorrem em nosso país, passou por mudanças neste último ano. Deixando para trás o nome como era conhecida, a mesma veio a ser chamada pelo governo de lei de incentivo à cultura e passa a adotar novas regras para o financiamento dos projetos culturais. De acordo com o ministro da pasta Osmar Terra, o limite para captação de recursos pela lei vai baixar de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão por projeto, e o volume de recursos que uma empresa pode receber para realizar os projetos foi de R\$ 60 milhões para R\$ 10 milhões.

Em vigor desde 23 de dezembro de 1991, e criada pelo então secretário da cultura Sergio Paulo Rouanet, a lei permite que empresas ou pessoas físicas possam patrocinar os eventos e abater o valor total ou parcial do imposto de renda para a realização dos projetos culturais. Então, ao contrário do que muito tem se falado, a lei não retira dinheiro diretamente dos cofres do estado, mas,

o governo deixa de receber parte dos impostos para que o dinheiro seja investido em produções artísticas. Desta forma, o governo contribui para ampliar o acesso dos cidadãos à cultura, já que os projetos precisam oferecer contrapartida social distribuindo uma parte dos ingressos de forma gratuita, assim promovendo ações de formação e capacitação junto as comunidades.

Os projetos culturais financiados pela lei de incentivo podem partir de empresas ou pessoas físicas, sendo necessário apenas fazer um cadastro através do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) descrevendo de forma detalhada suas razões e objetivos, o tempo no qual será feito o projeto dentre outras informações. As propostas de projetos vão de festivais a restauração ou construção de centros culturais, e podem ter a participação de artistas conhecidos ou locais já que a proposta é levar cultura para todos de forma acessível.

INGRID OLIVEIRA



Foto: Divulgação. Bacurau (2019)

O futuro do audiovisual

Gerador de vários prêmios nacionais e internacionais, a indústria cinematográfica sofre duros golpes em suas produções. Com novas medidas do governo atual ficou mais difícil a criação de novos conteúdos. Em declaração recente em sua conta no facebook, o presidente Bolsonaro afirmou em pretende acabar com a ANCINE(Agência Nacional do Cinema), por avaliar que a agência promove, com verbas públicas, obras que atentam contra a família.

A exemplo das obras que teve seu destino incerto podemos citar a declaração da produtora francesa do filme 'Bacurau', Emilie Les-

claux, feita na coletiva de imprensa do longa ao demonstrar dúvidas na conclusão do projeto. "Eu acho que não conseguiríamos captar os valores essenciais que captamos para fazer Bacurau. Boa parte do filme foi feito com recursos públicos do Brasil e da França. Entretanto, não existem mais editais de cinema e patrocínio culturais da Petrobras", afirmou Emilie aos jornalistas.

Os tempos são de imprecisão para a indústria do cinema. a categoria se prepara para períodos conturbados e a elaboração conteúdo com passagens de filtros criteriosos fugindo do olhar severo dos poderes.

O PROTAGONISMO NEBULOSO DAS POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIRA

A cultura no cenário político do país, tem um sofrível caminho de resistência e efetivação desde Vargas até o governo atual

Quando a via crucis brasileira foi fragmentada em vários Brasis, formados pela política café-com-leite com bandeiras, partidos e interesses distintos que se emergiam na disputa pelo trono que se alternavam a cada acordo, Vargas, tomando a partida com a Revolução de 30, entrou no modo urgente para implantar a união dos Brasis com sua ideologia e romper com o passado: criar um novo e único Brasil, buscando uma nova identidade nacional, que os poetas da Geração Condoreira, da escola do Romantismo, bem que tentaram.

Na descentralização da velha oligarquia, a mira da mudança era o Estado como mediador das relações sociais através de um

sistema de normas burocráticas, com uma gestão pública, conseguindo separar os interesses do público e do privado. Com o bem articulado golpe de Estado por Getúlio, em 1934, as pastas mofadas de assuntos secundários, e nunca articulados entre as reuniões dos coronéis, estava ganhando luz com a necessidade de industrialização, que vive num déficit desde a colonização portuguesa.

A criação dos ministérios é, hoje, uma das reminiscências mais fortes da propaganda da imagem de Vargas, especialmente o ministério do trabalho, uma das estratégias mais eficazes do seu populismo. E um dos braços de Getúlio para a difusão dessas pastas

sociais, foi Gustavo Capanema, o segundo ministro a assumir as diretrizes do Ministério da Educação e Saúde(1943-1945). A maioria dos ministérios na época, eram partilhados, e quase nunca autônomos, pois a importância de algumas secretarias vinha primeiro pela construção material de prédios e suas locações, do que efetivá-las separadamente. A administração de Capanema permeou entre poetas e intelectuais da época, atraindo Carlos Drummond de Andrade à Anísio Teixeira, com o propósito político-ideológico, na maioria das vezes conservador, de expandir a cultura dentro do projeto educacional. A partir disso, a cultura foi, vagarosamente sendo adicionada na gestão estatal, que, de



Foto: reprodução. Gustavo Capanema.

fato, não era prioridade. Os pontos altos da sinalização da cultura desse período foram a radiodifusão para a veiculação da propaganda do Estado, e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Entre a saída de Gustavo Capanema até o golpe de 64, a pasta de Educação e Saúde foi desmembrada, surgindo os Ministérios de Saúde(MS) e o Ministério da Educação e Cultura(MEC). A cultura, financiado pela ação privada, teve seu desenvolvimento vertiginoso a partir de

novembro de 1966, com a criação do Conselho Federal da Cultura (CFC), com o intuito de nortear e institucionalizar para a área pública a nível nacional. Os assuntos culturais era exclusividade da educação, que só em 1970, houve a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) dentro do MEC. Com a turbulência política para sair das interdições legais que o governo mantinha a cultura, fomentou uma reunião de Secretários Estaduais de Cultura dando origem a discussões para forta-

lecer a criação de um ministério autônomo. Em 1985, com a redemocratização brasileira, após 21 anos da ditadura militar, o primeiro presidente civil, eleito por vias indiretas, Tancredo Neves, antes de tomar posse, acabou sendo hospitalizado. No seu lugar, assumiu interinamente o vice, José Sarney, que no mesmo dia que tomou posse do governo, em 21 de março, decretou por uma já extinta lei, o desmembramento do MEC. A cultura, que lutava por uma garantia de incentivos fiscais, ganhou

a causa e conseguiu ser um ministério exclusivo para a sua produção, independente da Educação. Mas havia muita divergências, antes, entre artistas, políticos e jornalistas sobre a possível criação do ministério da cultura, inclusive da nova esquerda de intelectuais que surgiam naquele período(PT).

“Contra a criação do ministério foi uma luta cultural, de política cultural, era a defesa de uma concepção – que é a sociedade que produz cultura e não o Estado.” Relata Marilena Chaui, filósofa e uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores.

O motivo para a oposição, nas questões políticas culturais, é que não queriam que o Estado interferisse dirigindo, produzindo e moldando a cultura. E estando num período que a redemocratização estava em efervescência, especialmente

em movimentos sociais, foi do interesse de várias classes e setores, trazer a cultura como uma roda-viva de convergências democráticas. Com o anúncio da posse de Sarney, encerravam-se, temporariamente, os debates e discordâncias sobre a pasta.

Mediante o decreto nº 19.144, a justificativa da criação do Ministério da Cultura pairou na generalização e não indicava em que âmbito deveria agir. A vulnerabilidade em que se encontrava o governo de José Sarney, culminou com reforços para impulsionar as políticas culturais, e criou a primeira lei de incentivo fiscais, conhecida como Lei Sarney. Com o propósito de superar as dificuldades financeiras na gestão pública que a cultura sempre confrontou. Mas pela constante troca de ministros, e denúncias de corrupção, o ministério da cultura sofreu grandes cortes

nos fundos financeiros. Ironicamente, Fernando Collor, candidato nas eleições de 1989, fazia duras críticas e acusações sobre o governo ainda na sua campanha. Mas logo após a sua posse, Collor, eleito por vias diretas em 1990, num dos seus primeiros decretos, foi extinguir o Ministério da Cultura e seus órgãos, e rebaixá-lo à secretaria. Projetos, programas suspensos, demissões, e sem investimentos do Governo Federal, as atividades culturais passaram a ser financiadas pelos municípios e estados. Ipojuca Pontes, agora como secretário da cultura, funda todas as fundações culturais e as unem e cria o IBAC- Instituto Brasileiro de Arte e Cultura. Dentre as fundações, estavam a Fundação Nacional de artes cênicas; Funarte e EMBRAFILME, que, extinta, o cinema brasileiro entrou em uma das suas

maiores crises, sem o apoio econômico à produção nacional. Porém, em dezembro de 91, a lei de apoio à cultura(PRONAC) foi aprovada, e, em uma aprimoração da Lei Sarney, a lei foi reformada com um novo nome: Lei Rouanet, com o objetivo de financiar recursos financeiros com renúncia fiscal. Depois do processo de impeachment de Fernando Collor de Mello, e agora sob o governo de Itamar Franco, o Ministério da Cultura é recriado, junto com algumas instituições, como a volta da FUNARTE. Em 1993, é também criado a Lei do Audiovisual, na tentativa de recuperar a produção cinematográfica, abalada pelo o governo anterior, que pôs o fim a EMBRAFILME. Mas, as políticas culturais ganha uma luz de visibilidade muito específica, em detrimento das outras políticas quase ausentes ou insuficientes, mas de certa forma, sobrevivendo.

Já ao longo da gestão do ministério com o cientista político Francisco Weffort, que se responsabilizou pela pasta da cultura nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o destaque foi sob a Lei Rouanet, que foi transferido para a iniciativa privada, que teve a função e o poder de regulamentar o que se recebia ou não de recursos públicos incentivados. A lógica da gestão do governo de FHC era baseada no neoliberalismo, que acabou transferindo a concentração do Ministério da Cultura em “Marketing Cultural”. A mira desse marketing era as empresas patrocinadoras e as estratégias publicitárias, usando a cultura para o desenvolvimento econômico. Houve uma difusão cultural, mas só artistas relevantes ganharam patrocínios, e a grande parte concentrada no sudeste. Com o fim do mandato de Fernando Henrique Cardoso, esse benefí-

cio, apenas para uma parcela de produtores e artistas, causou uma desigualdade na área artística-cultural que transmitiu para o governo de Lula.

Nas eleições de 2002, Lula já ecoava durante a sua campanha, um programa de políticas públicas de cultura, baseado em estudos internacionais que a priorizava como um direito básico onde suscita o desenvolvimento da democracia, e, Gilberto Gil foi convidado para assumir o Ministério da Cultura, para fazer parte da aliança dessa nova gestão. Logo após a posse, houve uma reformulação na estrutura das políticas culturais no MinC, e uma dessas reformulações foi tirar o foco na Lei do Incentivo, dissolvendo a única secretaria que agrupava as políticas, e implementando várias secretarias, dando atenção para cada uma delas.

Para adequar a Lei de Incentivo para a nova gestão, Gilberto Gil organizou um seminário “Cultura para Todos”, percorrendo por algumas capitais brasileiras, para conseguir subsídios e discutir as reformulações da Lei Rouanet. Uma nova característica desse Ministério foi tirar o debate do âmbito jurídico, das pessoas envolvidas no MinC, e trazê-lo para a escuta pública, numa abrangência de opiniões, que Gil havia anunciado no discurso de posse. Tentando trazer as políticas culturais numa ampliação democrática e menos desigual, foi criada a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID) que colocou em execução ações para variadas culturas: LGBT, idoso, indígenas, ciganas, culturas populares e afro-brasileiras; um avanço, em contraponto aos governos anteriores que só priorizavam patrimônio (material) e às artes

renhecidas. O grande destaque do primeiro mandato de Lula foi a instauração do Programa Cultura Viva que dá voz ao acesso, produção e difusão cultural das comunidades. Nos anos seguintes, o MinC teve uma ampliação do orçamento nacional, estaduais e municipais, superando, a tradição de instabilidades em que viviam, mas a distribuição desse orçamento não foi nem um pouco rigorosa, e, também, durante o governo, não alcançou nem 1% no orçamento. Apesar das criações dessas secretarias, não houve de fato, no comando de Gilberto Gil e Juca Ferreira, a concretização dos programas assumidos, e outros que se perderam no caminho. Mas o grande saque de extrema importância do período de Lula, foi união do Ministério da Cultura com o IBGE, pois efetivou a contribuição de fazer pesquisas e extrair informações para

efetivou a contribuição de fazer pesquisas e extrair informações para elaborar políticas na gestão cultural e para as pesquisas acadêmicas.

O governo de Dilma Rousseff, para a administração do Ministério



Foto: Agência Brasil. Gilberto Gil e Lula.

da Cultura, veio carregado de polêmicas. Com a cantora e compositora Ana de Hollanda assumindo o cargo de ministra, a atuação dela foi cercada pela problemática da Lei dos Direitos Autorais, deixando totalmente ausente a gestão das

políticas culturais, privilegiando mais os artistas do que o social ao todo. Sob críticas e protestos constantes, especialmente vindo dos integrantes do Programa Viva Cultura sobre a má gestão de Hollanda, em menos de dois

po das etapas, acabou prejudicando os programas de longo prazo do Ministério, como o Instituto Brasileiro de Museus. Na outra ponta, conseguiu a aprovação de projetos pendentes no Congresso: o Sistema Nacional de Cultura; Vale-Cultura; Lei Cultura Viva; Marco Civil da Internet e a PEC de Música. Mas o pico da administração foi a união da cultura com a educação. Com o Ministério da Educação, o MinC formou o programa Mais Cultura nas Escolas. Mas mesmo diante das aprovações, não conseguiu construir uma política cultural efetiva.

A gestão de Marta foi marcada apenas por continuidades, e extinção de projetos políticos elaborados há anos. Com o impeachment da Dilma Rousseff, o vice, Michel Temer, num dos seus primeiros mandatos, extingue o Ministério da Cultura, o incorpora ao Ministério da Educação e o rebaixa

para secretária, sob o argumento de cortes de gastos. Uma volta ao passado, não tão distante. Mas diferente do governo de Collor, o Brasil tem políticas culturais consolidadas, direitos conquistados em várias camadas sociais, e com o apoio de protestos internacional e nacional com vários artistas que ocuparam os prédios do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Fundação Nacional de Arte (Funarte) ao redor do Brasil, e também com a difusão do público pelas redes sociais, Temer volta atrás e recria o MinC.

No entanto, não impediu de desestruturar o Ministério. Cargos exonerados de atuantes do MinC, corte de 43% de orçamento, sucessivas instabilidades administrativas vista pela troca frequente de ministros, que ao todo foram quatro, e para finalizar a gestão com o

sonhado projeto do governo intitulado “Ponte para o Futuro”, a PEC 241 que congela o orçamento de gastos do Governo Federal em 20 anos, é aprovada, o que impacta diretamente no Ministério da Cultura pois não possui pisos orçamentários obrigatórios previsto na Constituição.

Agora, em 2019, o então presidente Jair Bolsonaro, como prometeu nas campanhas eleitorais, já extinguiu o Ministério da Cultura, que virou secretaria especial, que foi incorporado à pasta de Cidadania, e, recentemente, colocada dentro da pasta de Turismo. E ainda sem ninguém no comando da gestão da secretaria. Conseguiu perder o apoio cultural da Caixa Econômica Federal, e com o Projeto da Emenda Constitucional, a PEC, que ainda passará pelo Senado, já prevê extinguir fundos do patrocínio cultural para pagar as

dívidas públicas. Mas a revolta atual, especialmente dos artistas, é pelos ataques que a ANCINE- Agência Nacional de Cinema tem sofrido, com ameaças de censura, sob o nome de “filtros culturais”. As políticas Culturais, deste governo, permanece trancadas na gaveta.

“Que momento é esse, muito louco, que eu achei que não ia viver de novo, né?” desabafa Marieta Severo.

Os Brasis que ao longo dos anos foi refletindo suas caras, tons de pele, religiões e orientações sexuais, ainda caminha na via crucis esburacada. Em torno dela, que é quem dá palco às diversidades do país, parece que as políticas só serão conquistadas quando as ruas estiverem ocupadas. Enquanto não houver reverberação, o museu de novidades ganhará estoque. Mas ainda rolam os dados, pois o tempo não pára.

CULTURA É RESPONSÁVEL POR CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PAÍS

Indústria criativa apresenta crescimento e aumenta PIB brasileiro

ELAYNE HOLLANDA

O setor cultural que auxilia no campo econômico representando 2,7% do PIB, e mais de um milhão de empregos diretos, passa mais uma vez por grandes mudanças. Sua incorporação a pasta do turismo gera preocupação à camada artística, que saem em manifesto nas ruas e em redes sociais contra as medidas tomadas do atual governo.

O Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, divulgado em 2014 pela Firjan, aponta que o PIB da Indústria criativa cresceu 69,8% em termos reais em 2004 a 2013, quase o dobro dos 36,4% de incremento do PIB brasileiro. O aumento de trabalhadores que possuem nível superior é maior que a média do mercado, e em 2012 chegou a 20,8% contra 14% do geral.

Segundo dados do site GAUCHAZH, demonstram o crescente aumento da contribuição cultural na economia.

- A indústria criativa equivale entre 1,2% e 2,6% do PIB brasileiro
- De 2004 a 2003, seu crescimento foi de 69,8. No geral, o PIB nacional cresceu no período, 36,4%
- As empresas do setor cultural movimentaram R\$ 374,8 bilhões de receita líquida em 2010, correspondendo a 8,3% do total das áreas de indústrias, comércios e serviços
- Apenas as produções audiovisuais foram responsáveis pela geração de R\$ 22,2 bilhões em 2013.



Foto: reprodução (Google Imagens)

Mesmo com essa crescente, o ramo cultural ainda não atingiu tamanha importância na visão do governantes do Estado. Visando medidas para combater a crise, o setor virou alvo fácil dos poderosos que providenciam medidas que afetam a inserção da cultura no país. Os cortes feitos afetaram principalmente a economia criativa protagonista da inclusão e qualificação de profissionais e geradora de empregos, inclusive novos modelos de trabalho. Se colocarmos na balança todas as medidas tomadas pelo Governo, quem sai perdendo nessa história não será apenas a sociedade, mas também a economia brasileira que deixará de arrecadar bilhões por anos com a indústria cultural e a produção de grandes projetos.

POLÍTICA

A POLARIZAÇÃO E OS POSSÍVEIS RUMOS POLÍTICOS NO FUTURO

Com a chegada das redes sociais e por consequência o fácil acesso à informação, os debates políticos têm se tornando cada vez mais populares na internet. Nas eleições presidenciais americanas, em 2016, o fenômeno da propagação do debate político na internet ganhou uma força imensurável, e nas eleições de 2018, no Brasil, não foi diferente. Porém, em ambos os casos foi possível notar algo não tão benéfico, que acabou por ganhar força junto ao acesso democratizado da internet: o ataque à oposição e a propagação em massa da desinformação. Foi notória a quantidade de informações falsas, referentes aos candidatos e pautas de oposição, por todos os lados. As diversas bolhas políticas criadas nas redes sociais, acabaram por se popularizar também fora delas, o que gerou um aumento considerável na dicotomia política. É comum hoje em dia, mais do que nunca, presenciar uma discussão entre uma pessoa de esquerda e uma de direita onde não há embate de ideias, e sim, a mais pura extremi-

zação do diálogo. Um exemplo disso, são as clássicas ofensas como “comunista” e “fascista”, utilizadas fora de contexto, apenas com o intuito de ofender e diminuir os opositos. Muitas vezes estes termos são empregados sem sequer ter a mínima informação histórica do que está sendo dito, ambos os termos são derivados de políticas extremas e autoritárias, que, na maioria das vezes, eram cercadas de preconceito e aversão à outras ideologias. O que nos leva a um questionamento: Mas afinal, estamos caminhando novamente para o autoritarismo? A resposta para esta pergunta só será respondida com o tempo. No entanto, dentre os muitos cenários possíveis, existem duas possibilidades, a seguir, a serem consideradas.

A polarização como forma de dominância política: Este é um dos cenários possíveis, inclusive, bem reais até o presente momento. Está acontecendo na nossa cara e nem estamos notando: o discurso atual de muitos de nossos políticos é, de que, tudo o que vem do lado oposto é ruim e inaceitável. Porém, na prática, partidos de esquerda, fa-

zem coligações com partidos de direita por pura estratégia política. O que ocorre é que a população está sendo divididas em duas grandes massas, enquanto que, de forma geral, os políticos se atacam em público, mas se dialogam tranquilamente e de forma pragmática por trás das câmeras. O que em uma situação hipotética pode construir uma forma de alternância de poder no maior modelo da república do café com leite dos tempos passados.

E o amadurecimento político do país: Esta possibilidade é um pouco mais “reconfortante”, e também é uma realidade possível nos próximos anos. É parte de qualquer democracia o seu amadurecimento, e para isso, muitas vezes é preciso passar por diversos estilos de governo, para que, naturalmente, se aprenda o que são frutos positivos e negativos de cada viés; que políticas econômicas não são necessariamente algo ruim em que se retiram direitos, mas que frequentemente são fundamentais para o crescimento socioeconômico do país. E, que, liberdades individuais devem ser respeitadas acima de tudo, independente de concepções próprias. Quer queira quer não, passar por governos de direita e de esquerda, acaba habitualmente gerando a consciência de que o estado, e suas decisões, não são mais importantes do que as liberdades individuais na sociedade, e

esta visão pode gerar uma grande mudança na opinião pública à respeito da política, fazendo com que o voto não seja por pura ideologia política, em que se elegem pessoas que tem algumas ideias coniventes com as de uma parte da população, mas que em compensação acaba por trazer junto com essas ideias, uma série de políticas retrógradas e inviáveis para a sociedade.

É necessário sempre priorizar o indivíduo em si, para que possa se obter o desenvolvimento coletivo. Em suma, pode ser uma possibilidade nas próximas eleições a predominância de candidatos moderados, que saibam ponderar ideias de diversos espectros políticos, de forma a conseguir unir pontos positivos e assim, colaborar para o progresso social do país.

O que realmente irá acontecer só o tempo pode determinar, porém é de extrema importância se atentar aos discursos políticos, mais importante ainda: tentar ao máximo evitar a polarização, o ódio gratuito e trazer o debate de ideias, tentar estabelecer pontos em comum, para que se possa chegar a um momento político mais abrangente, o que talvez seja o ideal.

EDITORIAL